



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Vale ressaltar que as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Termopernambuco reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, particularmente do Estado de Pernambuco, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, ao Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

HISTÓRICO

A Termopernambuco S.A. (Termope) empresa com 100% de participação da Neoenergia S.A., constituída em abril de 2000, teve iniciadas as obras para construção da usina em maio de 2001. A usina termelétrica e a correspondente linha de transmissão, estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, a usina utiliza como combustível o gás natural, teve origem em compromisso oriundo do edital de privatização da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2001.

Em 15 de maio de 2004 foi iniciada a operação comercial da UTE Termopernambuco, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12/5/2004, e desde essa data a UTE vem contribuindo para aumentar a confiabilidade e a segurança da operação, especialmente na região Nordeste, integrando sua capacidade instalada de 532 MW ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em função do início da operação comercial, tomaram-se eficazes em maio de 2004, o contrato de fornecimento de gás natural (firmado com a Copergás com intervenção da Petrobras), com quantidade contratada de 2.150.000 m³/dia, e os contratos de venda de energia, firmados com as distribuidoras CELPE e COELBA, com montantes contratados de 390 MWméd e 65 MWméd, respectivamente, totalizando 455 MWméd.

A usina termelétrica trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por 2 grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a 2 caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e posterior descarte da mesma, por meio de um emissário de 800 m de extensão.

Os serviços de operação e manutenção (O&M) são prestados pelas empresas Iberdrola Generación S.A., e Iberdrola Energia do Brasil Ltda., e abrangem toda a usina, a linha de transmissão exclusiva e a conexão com a rede básica.

A Iberdrola Energia do Brasil recertificou em 2012 o seu SGI nas normas ISO 9001:2000, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:1999, para seus sistemas de qualidade, gestão ambiental e segurança e saúde ambiental respectivamente, desenvolvidos na TERMOPE.

MERCADO DE ENERGIA

FORNECIMENTO DE ENERGIA

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo firmados com as distribuidoras CELPE e COELBA, com montantes contratados de 390 MWméd e 65 MWméd, respectivamente, totalizando 455 MWméd.

A Termopernambuco encerrou 2012, com geração bruta anual de 2.723.129 MWh/ano, ou cerca de 311 MW médios.

INVESTIMENTOS

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Em 2012 foram investidos aproximadamente R\$ 7 milhões no desenvolvimento de 18 Projetos de P&D. Todos os projetos investidos cumprem a Resolução Normativa da ANEEL nº 316/2008 e Resolução Normativa nº 504/2012.

Em 2012 foram solicitadas 3 (três) patentes resultantes dos projetos concluídos. Neste ano foi realizado o V Encontro sobre Pesquisa e Desenvolvimento dos projetos da Termope em cooperação com outras empresas do Grupo.

Conforme estabelece a Resolução Normativa da ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008, as informações sobre os programas de pesquisa e desenvolvimento da empresa estarão disponíveis a partir de março de 2012, no portal eletrônico www.termope.com.br.

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO DE ENERGIA - OPERAÇÃO

A Petrobras disponibilizou durante o ano de 2012 cerca de 534.431.800,00 m³ de Gás Natural. Este volume corresponde a aproximadamente 68% da quantidade diária contratual, dos quais foram consumidos pela Termopernambuco o total de 95%, sendo a diferença de 5% justificada pelo problema ocorrido no primeiro semestre de 2012 na turbina a gás 2 (TG2), onde o 3º estágio e parte do 2º estágio da turbina foram danificados e da antecipação da manutenção de HGP e instalação do PACK III na turbina a gás 2 (TG2), impedindo assim o consumo da quantidade diária programada.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Empresariais	Variação %		
	2012	2011	2012/2011
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	664.329	561.649	18,28
Receita operacional líquida	633.941	535.747	18,33
EBITDA	81.432	192.140	(57,62)
Resultado do serviço	38.373	150.668	(74,53)
Resultado financeiro sem juros sobre capital próprio	(33.704)	(42.872)	(21,38)
Lucro líquido	(1.726)	92.210	(101,87)
Margem EBITDA (%)	12,85%	35,86%	(23,02) p.p.
Margem operacional (%)	6,05%	28,12%	(22,07) p.p.
Margem líquida (%)	(0,27%)	17,21%	(17,48) p.p.
Indicadores financeiros			
Ativo total	920.281	921.604	(0,14)
Dívida bruta	429.254	399.042	7,57
Patrimônio líquido	404.668	436.274	(7,24)
Investimentos	58.382	13.412	335,30
Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos	404.024	326.838	23,62
Dívida total líquida/EBITDA (*)	4,961	1,701	191,67
Dívida total líquida/(Dívida total líquida + Patrimônio líquido)	0,500	0,428	16,65
Dívida de curto prazo líquida/Dívida total líquida	0,426	0,166	155,90
Patrimônio líquido / Ativo total	0,440	0,473	(7,11)

(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 que rege sobre a divulgação voluntária do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) segue detalhamento abaixo:

Conciliação EBITDA	Conforme Inst. CVM 527/2012		Variação % 2012/2011
	2012	2011	
Lucro líquido	(1.726)	92.210	(101,87)
Despesas financeiras	44.403	58.269	(23,80)
Receitas financeiras	(10.699)	(15.397)	(30,51)
Imposto de renda	4.332	13.221	(67,23)
Amortização / Depreciação	43.059	41.472	3,83
Amortização de ágio	2.063	2.365	(12,77)
EBITDA	81.432	192.140	(57,62)

Conforme Art. 4º da mesma instrução a Companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa. Esta divulgação deve ser sempre indicada pelo termo "ajustado".

Informamos que não há divergências entre a forma apresentada pela Companhia e conforme a instrução CVM nº 527.

ENDIVIDAMENTO

A Termopernambuco efetuou uma captação junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi no valor de R\$ 120.000 mil, amortização *bullet* e vencimento em 2017. O custo desta captação é de 110% do CDI. Além desta, a Termopernambuco contratou empréstimo junto ao Banco Santander no valor de R\$ 88.819 mil à taxa pré-fixada de 7,5% ao ano.

Em outubro de 2007, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. A remuneração é realizada por CDI + 0,5% a.a. e possuem prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão, vencendo em 8 de outubro de 2014.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Termopernambuco realizou no ano de 2012 uma modernização no sistema de monitoramento de emissões atmosféricas - CEMS.

A usina controla estas emissões atuando na mistura ar-combustível que alimenta as turbinas, e produz uma chama que emite o mínimo de poluentes; isto se deve à atuação do CEMS, que fornece informações sobre a quantidade de poluentes que é gerada, e servem como base para o controle da combustão e redução das emissões.

Com vistas a incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, a Termope vem desenvolvendo alguns projetos voltados à área ambiental através do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme segue:

- Desenvolvimento de sistema de iluminação noturno da Termope a partir de energia solar;
- Monitoramento do efeito sobre o desenvolvimento dos cirripédeos "cracas" na estrutura de tubulação da Termope, evitando assim futuros entupimentos;
- Desenvolvimento de sistema de biorreator de microalgas para sequestro de CO2 e produção de óleo para biodiesel integrado a um grupo gerador a gás natural;
- Produção de biossurfactantes de baixo custo para proteção ambiental;
- Desenvolvimento de projeto de tratamento de resíduo marinha contaminada por petroderrivados utilizando consórcios mistos de bactérias, fungos filamentosos e leveduras;
- Desenvolvimento do projeto de óleo hidráulico biodegradável;
- Desenvolvimento de lote pioneiro de recifes artificiais em região marítima localizada próxima a usinas termelétricas.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito da Termope é R\$ 262.594 mil sendo integralizados R\$ 214.570 mil. O capital é representado por 262.594 mil ações ordinárias. Desse total 100% das ações pertencem à Neoenergia.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos, iniciado em setembro de 2012. A Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/12		31/12/11		P A S S I V O	Notas	31/12/12		31/12/11	
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.215	69.980			Fornecedores	10	64.417	59.757		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	128.752	86.629			Empréstimos e financiamentos	11	88.690	28.726		
Títulos e valores mobiliários	5	1.015	2.224			Debêntures	12	108.472	97.830		
Impostos e contribuições a recuperar	6	27.589	28.386			Salários e encargos a pagar		113	135		
Estoques		1.200	1.200			Taxas regulamentares	13	1.177	5.783		
Despesas pagas antecipadamente		4.153	13.678			Impostos e contribuições a recolher	14	8.019	2.210		
Outros ativos circulantes		498	520			Dividendos e juros sobre capital próprio	15	-	6.073		
TOTAL DO CIRCULANTE		187.422	202.617			Partes relacionadas	21	-	4.339		
						Outros passivos circulantes		16	16		
						TOTAL DO CIRCULANTE		270.904	204.869		
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições a recuperar	6	102	10			Empréstimos e financiamentos	11	120.514	53.315		
Partes relacionadas	22	-	34			Debêntures	12	111.578	119.171		
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	2.946	4.670			Taxas regulamentares	13	5.815	1.173		
Depósitos judiciais	8	5.621	5.621			Impostos e contribuições a recolher	14	5.621	5.621		
Outros ativos não circulantes		416	-			Partes relacionadas	21	1.181	1.181		
Investimentos		828	828			TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		244.709	280.461		
Imobilizado	9	722.946	707.813			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
Intangível		-	11			Capital social		214.570	214.570		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		732.859	718.987			Reservas de capital		105.383	105.383		
						Reservas de lucros		84.715	86.441		
						Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	29.880		
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		404.668	436.274		
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		920.281	921.604		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
		Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	214.570	44.429	60.954	36.664	33.670	-	-	404.364
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	92.210	-	92.210
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(14.367)	(14.367)
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	4.610	(4.610)	-	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	-	-	-	11.497	-	(11.497)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(24.293)	-	(24.293)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(21.640)	-	(21.640)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(29.880)	29.880	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	214.570	44.429	60.954	48.161	38.280	-	29.880	436.274
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.726)	-	(1.726)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(29.880)	(29.880)
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	(1.726)	1.726	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	214.570	44.429	60.954	48.161	36.554	-	-	404.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA	18	633.941	535.747
CUSTOS DOS SERVIÇOS	19	(590.329)	(376.302)
LUCRO BRUTO		43.612	159.445
Despesas gerais e administrativas	19	(5.239)	(8.777)
LUCRO OPERACIONAL		38.373	150.668
Receitas financeiras		10.699	15.397
Despesas financeiras		(44.403)	(58.269)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.669	107.796
Imposto de renda e contribuição social		(6.395)	(15.586)
Corrente		(4.670)	(18.303)
Diferido		338	(6.415)
Imposto de renda - SUDENE		-	11.497
Amortização ágio e reversão PMIPL		(2.063)	(2.365)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.726)	92.210
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$			
Ordinária		(0,01)	0,35

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011



→ Continuação

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Informações monetárias em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				2012				2011											
				R\$ mil				R\$ mil				Nº de empregados por sexo:							
1 - BASE DE CÁLCULO																			
Receita Líquida (RL)				633.941				535.761				homens				11			
Resultado Operacional (RO)				4.669				84.423				mulheres				1			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				754				478				% de cargos de chefia por sexo:							
Valor Adicionado Total (VAT)				84.339				196.504				homens				100%			
												mulheres							
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS																			
Encargos sociais compulsórios				250				30				Nº de negros(as) que trabalham na empresa							
Saúde				32				17				% de cargos de chefia ocupados por negros(as)							
Segurança e saúde no trabalho				-				5				Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais							
Educação				-				14				Remuneração bruta segregada por:							
Capacitação e desenvolvimento profissional				24.299				3.222,68				Empregados				259			
Creches ou auxílio-creche				4				0,53				Administradores				344			
Transporte				3.457				458,49				Terceirizados							
Participação nos lucros ou resultados				70				9,28				Autônomos							
Outros				-				-				6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL							
Total - Indicadores sociais internos				28.111				3.728,31				4,43				33,33			
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS																			
Cultura				-				84				Nº total de acidentes de trabalho							
Lei Audiovisual				-				84				Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:							
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico				5.815				124,56				Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:							
Total das Contribuições para a Sociedade				5.815				124,56				0,92				6,89			
Tributos (Exceto Encargos Sociais)				24.494				524,65				3,86				29,04			
Total - Indicadores sociais externos				30.309				649,21				4,78				35,94			
4 - INDICADORES AMBIENTAIS																			
Investimentos relacionados com a operação da empresa				-				-				-				-			
Substituição de equipamentos				500				10,71				0,08				0,59			
Outros projetos ambientais				81				1,74				0,01				0,10			
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa				581				12,45				0,09				0,69			
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade				-				-				-				-			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente				-				-				-				-			
Passivos e contingências ambientais.				-				-				-				-			
Quanto ao estabelecimento de meta anual para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:				(x) Não possui Metas,				() Cumpre de 0 a 50%,				() Cumpre de 51 a 75%,				() Cumpre de 76 a 100%			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL																			
Nº de empregados(as) ao final do período				10				2				Contingências e passivos trabalhistas:							
Nº de admissões durante o período				1				1				Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade							
Nº de desligamentos durante o período				-				-				julgados procedentes							
Nº de empregados(as) terceirizados				2				2				julgados improcedentes							
Nº de estagiários(as)				-				-				Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça							
Nº de empregados acima de 45 anos				-				-											
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:				-				-											
menores de 18 anos				-				-											
de 18 a 35 anos				4				2											
de 36 a 60 anos				8				-											
acima de 60 anos				-				-											
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:				-				-											
analfabetos				-				-											
com ensino fundamental				-				-											
com ensino médio				2				-											
com ensino técnico				-				-											
com ensino superior				12				-											
pós-graduados				-				-											

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A TERMOPERNAMBUCO S.A. ("TERMOPERNAMBUCO" ou "TERMOPE") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Ipôjuba, Complexo Industrial de Suape, Estado de Pernambuco, tendo por objeto social (i) estudar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, bem como prestar os serviços associados a esta atividade; (ii) constituir subsidiárias, incorporar, participar ou representar outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, quaisquer que sejam seus objetos sociais; e (iii) praticar todos e quaisquer dos demais atos necessários para a realização de seu objetivo social.

A Termelétrica iniciou operação comercial em 15 de maio de 2004, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12 de maio de 2004, com contratos de fornecimento de energia, firmados com as distribuidoras COELBA e CELPE nos montantes de 65 MW médios e 390 MW médios respectivamente, e de gás natural com a Copergás, tendo a Petrobras como interveniente, no volume de 2.150.000 m³/dia. Face à indisponibilidade de gás natural em 2009, a UTE (Usina Termelétrica) teve sua garantia física reduzida para 413 MW médios.

A Companhia possui a autorização, concedida pela Resolução ANEEL nº 553, de 15 de dezembro de 2000, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central termelétrica, denominada Termopernambuco, no Município de Ipôjuba, Estado de Pernambuco. Por meio do Despacho ANEEL nº 398, de 12 de maio de 2004, a Companhia teve suas unidades geradoras liberadas para início de sua operação comercial.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito à redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota nº 17).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5 - Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia referem-se substancialmente a empréstimos e financiamentos e debêntures. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros
Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Estoques
Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.11 - Investimentos
Representam investimentos em bens imóveis, ações e/ou quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.12 - Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.13 - Intangível
É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.14 - Empréstimos, financiamentos e debêntures
As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.15 - Taxas regulamentares
a) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL às empresas, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a geração de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.16 - Operações de compra e venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.17 - Distribuições de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.18 - Provisões
A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.19 - Outros ativos e passivos circulares e não circulares
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.20 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

2.21 - Novos Pronunciamentos Contábeis
2.21.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.21.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB
Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substituiu em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substituiu requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2.22 - Reapresentação das cifras comparativas
As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Ref.	31/12/11	
		Publicado	Reclassificado
Ativo Circulante			
Serviços em curso	(a)	10.015	-
Ativo não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	17.481	-
Fundos vinculados	(c)	26.420	-
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(c)	79.735	53.315
Passivo não circulante			
Taxas regulamentares	(a)	11.188	1.173
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	26.184	8.703

Notas:

(a) Reclassificação dos serviços em curso referente às realizações de P&D para taxas regulamentares;

(b) Os impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;

(c) Reclassificação dos fundos vinculados para empréstimos e financiamentos para apresentação de forma líquida.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	29	62
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	24.186	69.918
Total	24.215	69.980

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Contas a Receber de Clientes e demais Contas a Receber

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Títulos a receber	(a)	78.850	76.850
Comercialização de energia na CCEE		128.752	9.779
Total		207.602	86.629
Circulante		128.752	86.629
(a) Referem-se substancialmente aos contratos de fornecimento de energia no montante de 390 MWh com a CELPE e 65 MWh com a COELBA, com vigência até 2023, e aos valores de reparação da Petrobras.			
De acordo com os contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a CELPE e COELBA, a demanda contratada será diretamente proporcional ao número de horas do mês.			
• Títulos a receber			

	Saldos	Total
	31/12/12	31/12/11
Setor privado	128.752	76.850
Total	128.752	76.850
Circulante	128.752	76.850

5



→ Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Passivo (-)			
	31/12/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(23.468)	(5.867)	(24.459)	(6.115)
	(23.468)	(5.867)	(24.459)	(6.115)
Contribuição social				
Diferenças temporárias	(27.754)	(2.498)	(28.759)	(2.588)
	(27.754)	(2.498)	(28.759)	(2.588)
Total		(8.365)		(8.703)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão PLR	161	161	145	145
Prejuízo fiscal	13.701	13.701	-	-
Ajustes RTT				
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	42.763	42.763	48.108	48.108
Outros ajustes de RTT	4.286	-	4.300	-
Total Ativo	60.911	56.625	52.553	48.253
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Ajuste da quota anual de amortização	(84.379)	(84.379)	(77.012)	(77.012)
Total Passivo	(84.379)	(84.379)	(77.012)	(77.012)
Total Líquido	(23.468)	(27.754)	(24.459)	(28.759)

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	4.669	4.669	107.796	107.796
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(2.063)	(2.063)	(2.365)	(2.365)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(12.712)	(12.712)	(12.712)
Juros sobre capital próprio	-	-	(24.293)	(24.293)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(10.106)	(10.106)	68.426	68.426
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.527)	(910)	17.107	6.158
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Multas inadimplíveis	-	-	3	1
Outras adições	2.300	3.891	37	14
	2.300	3.891	40	15
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(1.000)	(360)	(1.147)	(413)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	(11.497)	-
Incentivos audiovisuais/rouanet e PAT	(805)	-	(84)	-
Outras exclusões	(668)	-	(2.485)	(887)
	(2.473)	(360)	(15.213)	(1.300)
Imposto de renda e contribuição social no período	(2.700)	2.621	1.934	4.873
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	6.432	2.301	4.430	1.984
Diferido de diferença temporária de RTT	(3.178)	(1.144)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	554	3.778	6.364	6.857

(a) Regime tributário de transição
A Medida Provisória nº 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da controladora
O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados positivos durante o prazo de exploração da permissão/autorização e tem origem na aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do Artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor do ágio, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	31/12/12	31/12/11
Ágio - incorporado	130.674	
Provisão constituída	(86.245)	
Benefício fiscal	44.429	
Amortização acumulada	(92.080)	
Reversão acumulada	61.024	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	13.373	
Amortização	(6.063)	
Reversão	4.002	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.312	
Ativo não circulante	11.312	

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração, desde maio de 2004, em 248 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura.

Ano	Curva de Amortização de Ágio	
	Fatores	Fatores
2010	0,0583	2018
2011	0,0532	2019
2012	0,0464	2020
2013	0,0401	2021
2014	0,0351	2022
2015	0,0310	2023
2016	0,0263	2024
2017	0,0227	

8 Depósito Judiciais

O valor de R\$ 5.621 registrado no balanço refere-se ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativo à prestação de serviço da Iberdrola Energia S.A. Esse valor estava retido no Banco do Brasil, até que fosse decidido se deveria ser recolhido aos cofres públicos ou ser repassado a Iberdrola S.A. por existir um convênio para evitar bi-tributação entre a Espanha e o Brasil. Em junho de 2003, por solicitação judicial, a Companhia depositou em juízo R\$ 5.621 até o julgamento final do mérito. A contrapartida desse valor encontra-se registrada no passivo não circulante da Companhia na conta de impostos e contribuições a recolher. Não foi constituída provisão em função de a Companhia e seus assessores legais considerarem o risco como possível (vide nota 16).

9 Imobilizado

	31/12/12		31/12/11	
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	Depreciação Amortizada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	178.960 (60.957)	118.003	125.152
Máquinas e equipamentos	4,68%	806.123 (296.525)	509.598	545.229
Veículos	20%	66 (66)	-	2
Móveis e utensílios	9,42%	807 (638)	169	238
		985.956 (358.186)	627.770	670.621
Em curso				
Edificações, obras civis e benfeitorias		581	581	615
Máquinas e equipamentos		69.824	69.824	14.324
Móveis e utensílios		15	15	13
Material em depósito		21.290	21.290	21.290
Outros		3.466	3.466	950
		95.176	95.176	37.192
Total		1.081.132 (358.186)	722.946	707.813

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	952.001 (281.380)	670.621	37.192	37.192	707.813
Adições	-	-	58.192	58.192	116.384
Depreciação	(43.059)	(43.059)	-	-	(86.118)
Transferências	33.955 (33.747)	208 (208)	-	-	33.747
Saldos em 31 de dezembro de 2012	985.956 (358.186)	627.770	95.176	95.176	722.946

Análise do valor de recuperação dos ativos

Após o final de cada exercício, a Companhia avalia o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

10 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica	29.247	19.029
Terceiros	11.038	11.171
Partes relacionadas	18.209	7.858
Encargos de uso da rede	3.884	3.792
Terceiros	3.879	3.786
Partes relacionadas	5	6
Materiais e serviços	31.286	36.936
Terceiros	31.286	36.936
Total	64.417	59.757
Circulante	64.417	59.757

11 Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Composição da Dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional							
BNDES FINEM	TJLP+ 6,625% a.a.	-	-	-	-	-	110.761
(-) Custos de transação	-	-	-	-	-	-	(2.300)
		-	-	-	-	-	108.461
Santander	7,50% a.a.	-	88.317	-	88.317	-	-
		-	88.317	-	88.317	-	-
Total moeda nacional							108.461
Moeda estrangeira							
Banco Tokio		373	-	119.912	120.285	-	-
Operações com swap	110% do CDI	-	-	602	602	-	-
		373	-	120.514	120.887	-	-
Total moeda estrangeira		373	-	120.514	120.887	-	-
(-) Garantias depósitos vinculados (26.420)		-	-	-	-	-	-
Total		373	88.317	120.514	209.204	82.041	

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 4 de fevereiro de 2004, e Aditivo nº 1 ao Contrato, assinado em 30 de setembro de 2005, destinado à implantação de uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade de 520 MW, uma linha de transmissão, uma subestação, localizada no Complexo do Porto de Suape, e o pagamento das máquinas e dos equipamentos nacionais adquiridos necessários à execução do projeto, cujas condições contratuais são as seguintes:

Data de Fontes	Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Vencimento	Garantias
BNDES	30/06/05	RS	Construção UTE Termopernambuco	6,625% a.a. acima da TJLP	15/10/2015	Conta-Reserva

Em 21 de maio de 2012, a Companhia realizou captação de recursos no montante de R\$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em dólar junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	31/12/12		31/12/11	
	Dívida	Custos Transação	Dívida	Custos Transação
2013	-	-	28.742	(600)
2014	-	-	28.742	(600)
2015	-	-	23.951	(500)
2017	120.514	-	-	-
Total obrigações	120.514	-	81.435	(1.700)
(-) Garantias depósitos vinculados	-	-	-	-
Total	120.514	-	81.435	(1.700)

A mutação de empréstimos e financiamentos, está como segue:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	28.726	53.315	-	-	82.041
Ingressos	88.317	-	120.000	-	208.317
Encargos	6.223	-	2.181	-	8.404
Varição monetária e cambial	-	-	13	(88)	(75)
Swap	-	-	-	602	602
Transferências	79.735	(79.735)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(117.075)	-	(1.821)	-	(118.896)
(-) Garantias depósitos vinculados	-	26.420	-	-	26.420
(-) Custos de transação	2.391	-	-	-	2.391
Saldos em 31 de dezembro de 2012	88.317	-	373	120.514	209.204

12 Debêntures e Encargos

A Companhia emitiu, em 8 de outubro de 2007, debêntures simples, subordinadas, em série única no total de 40.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, com garantia adicional fidejussória da Neoenergia. A oferta foi registrada na CVM em 26 de outubro de 2007, sob nº CVM/SRE/DEB/2007/045. As debêntures terão vencimento em 8 de outubro de 2014. A destinação de recurso foi, o pré-pagamento da 1ª Emissão de Debêntures, objetivando redução de custos e alongamento de prazos, conforme Plano Financeiro do Grupo Neoenergia.

Empresa	Debêntures emitidas	Série	Remuneração	31/12/12		31/12/11	
				Encargos	Principal	Encargos	Principal
TERMOPE	40.000	1ª	105% CDI a.a. 105% CDI	879	108.000	112.000	220.879
					(407)	(422)	(1.176)
Total				879	107.593	111.578	220.050



→ Continuação

20 Participações nos Resultados

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2012 é de R\$ 70 (R\$ 88 em 2011).

21 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(d)	Energia fornecida	11.675	-	82.239	10.979	-	76.878
			11.675	-	82.239	10.979	-	76.878
CELPE	(d)	Energia fornecida	70.048	-	492.858	65.833	-	460.648
		Uso da Rede	41	-	496	39	-	470
		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(1)
		Debêntures - Aplicação/Emissão	85	-	-	-	-	-
		Aplicações Financeiras	-	-	-	441	-	-
			70.174	-	493.354	66.313	-	461.117
COSERN		Debêntures - Aplicação/Emissão	13	-	-	-	-	-
		Aplicações Financeiras	-	-	-	82	-	-
			13	-	-	82	-	-
ITAPEBI		Debêntures - Aplicação/Emissão	133	-	-	-	-	-
	(a)	Reembolso de despesa	-	1.181	-	1.181	-	-
			133	1.181	-	1.181	-	-
NC ENERGIA	(b)	Energia comprada	-	18.209	(128.727)	-	7.858	(30.184)
			-	18.209	(128.727)	-	7.858	(30.184)
SE NARANDIBA		Uso da Rede	-	-	(6)	-	-	-
			-	-	(6)	-	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	5	(64)	-	6	(56)
			-	5	(64)	-	6	(56)
Neoenergia S.A.	(e)	Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	6.073	-
			-	-	-	-	6.073	-
Iberdrola Energia S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	(43.568)	34	4.339	(42.910)
			-	-	(43.568)	34	4.339	(42.910)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Itapebi** – Reembolso de despesas de pessoal alocados na Termope pagos pela folha de pagamento da Itapebi.
 - NC Energia** – Compra de energia para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica.
 - Afluente Transmissão** - Uso da rede - Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Afluente Transmissão, TERMOPERNAMBUCO e o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até a extinção da autorização da geradora ou da transmissora.
 - Celpe e Coelba** - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.
 - Neoenergia** – Valores referentes à JSCP e Dividendos.
 - Iberdrola Energia** - Acordo de Serviços de Operação e Manutenção de “O&M”, vigência até aproximadamente 13 anos, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.
- A remuneração total dos administradores em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 152 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

22 Gestão de Riscos Financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada à variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge econômico e estão contabilizados pelo custo amortizado.

- Instrumentos Financeiros Derivativos
- Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
- Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*). A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados “exóticos”.

✓ O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio de resultado de acordo com o CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	24.215	24.215	69.980	69.980
Títulos e valores mobiliários	1.015	1.015	2.224	2.224
Contas a receber de clientes e outros	128.752	128.752	86.629	86.629
Passivo				
Fornecedores	(64.417)	(64.417)	(59.757)	(59.757)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(88.317)	(88.317)	(82.041)	(82.041)
Debêntures em moeda nacional	(220.050)	(220.050)	(317.001)	(317.122)
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	(120.887)	(121.342)	-	-

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
 - Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (ou preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
 - Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.
- A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando *swap* dólar para CDI e troca de taxa de juros utilizando *swap* de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:
- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Tokio, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 110% da taxa DI.
- Os derivativos da Companhia (instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge) e as dívidas em moeda estrangeira da Companhia (respectivos itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício. O efeito desta operação no resultado é nulo.
- A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.
- Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Descrição Contrato de swaps:	Contra- parte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				
					Moeda Estrangeira	Moeda Local	Valor Justo		
						31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Swap									
Ativa								121.340	-
Passiva	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD + 2,95% a.a. 2013 a 2014/ USD +3,20% 2015 a 2017 110% CDI		USD 58.680	R\$ 120.000	120.887	-
Total								453	-

Os derivativos, e as dívidas em moeda estrangeira, respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco:

- Risco de variação cambial
- Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado à variação cambial captada no mercado.
- A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.
- Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	cenários		
		Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(1.615)	(2.019)	(2.423)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	1.615	2.019	2.423

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

Riscos financeiros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía *swaps* para cobertura das dívidas em moeda estrangeira.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras em CDI	Queda do CDI	561	421	280
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(5.103)	(6.378)	(7.654)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(2.803)	(3.504)	(4.205)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 153.982, sendo R\$ 1.015 em fundos exclusivos e R\$ 152.967 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013		2014		2105, 2016, 2017
	Menos de 1 ano		Entre 1 e 2 anos		
Circulante					
Fornecedores	64.417	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	88.317	-	-	-	-
Debêntures	108.472	-	-	-	-
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	121.340	-
Debêntures	-	-	111.578	-	-
Instrumentos Derivativos	-	-	-	-	(453)

Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No caso de clientes o risco de crédito é baixo devido aos contratos de fornecimento de energia serem com as distribuidoras do mesmo grupo: COELBA e CELPE.

Risco de vencimento antecipado

As debêntures emitidas possuem cláusulas restritivas que, em geral, sugerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

Os índices apurados com base nas demonstrações contábeis da Companhia estão de acordo com o previsto nos contratos vigentes.

Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

23 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela companhia está demonstrado a seguir (nesta nota valores apresentados em Reais – R\$):

Riscos	Consolidado		Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
	Data da Vigência			
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2012 a 08/10/2013	1.280.957.031	5.414.475	
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2012 a 08/10/2013	40.000.000	107.444	
Veículos	08/10/2012 a 08/10/2013	Tabela FIFE	2.507	

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, muito semelhantes entre si.

Risco Operacional – incluindo cobertura de seguro para seus bens e equipamentos, linhas de transmissão e estruturas civis, incluindo (mas não limitado a) as coberturas de Quebra de Máquinas, Alagamento, Vendaval, Honorários de Peritos, Remoção de Escorregos, Erros e Omissões, Medidas de Salvaguarda, Recomposição de Registros e Documentos, Despesas de Combate a Incêndios, Despesas Extraordinárias e Lucros Cessantes.

Responsabilidade civil – incluindo as coberturas de Guarda de Veículos de Terceiros, Poluição Súbita e Acidental e Danos Morais.

24 Arrendamento

A Companhia tem contrato de arrendamento para o complexo industrial portuário com duração de 25 anos e custo mensal de R\$ 170 (atualizado com base na variação do IGP-M calculada pela Fundação Getúlio Vargas) representando um custo total de R\$ 44.400.

Em 2007, atendendo a solicitação do Governo do Estado de Pernambuco, foi realizado o projeto de deslocamento da Linha de transmissão de 230 kV da Termopernambuco, no trecho entre a UTE Termopernambuco e Pirapama, sendo construídas 10 novas torres e 5,5 km de linhas. As torres antigas encontravam-se na nova área destinada a Refinaria Abreu e Lima da Petrobras.

A assinatura de um aditivo ao contrato de arrendamento entre SUAPE e a Termopernambuco viabilizou a execução das obras da linha de transmissão por parte da Companhia, com ressarcimento por parte de SUAPE na ordem de 80%.

Em atendimento à Deliberação CVM 554, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 06, os pagamentos mínimos futuros são como abaixo:

	Valores a Vencer
2013	2.335
2014	2.335
2015	2.335
Após 2015	24.714
Total	31.719

25 Eventos Subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2013, a Termopernambuco S.A. efetuou a sua 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 90.000, em série única, nos termos da Instrução CVM nº 476, com vencimento em 3 anos, a contar da data de emissão, totalizando 9.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 10. As debêntures farão jus a uma remuneração de CDI + 0,57% a.a.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO